

FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO DA POBREZA URBANA

Celina Ribeiro Hutzler

da Universidade Federal de Pernambuco

Esta comunicação centra-se na tentativa de sugerir algumas hipóteses a serem, posteriormente, desenvolvidas por pesquisadores interessados em decifrar as formas de reprodução das populações urbanas pobres.

1. ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Paradoxalmente, paralelo ao chamado "milagre brasileiro", vem se agravando o problema da reprodução de grande parte das massas urbanas. Diferentes cientistas sociais apresentam explicações sobre as causas desta contradição que parece inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista no Terceiro Mundo, tema que será certamente abordado por outros participantes deste seminário.

Nas grandes cidades brasileiras, ao ritmo de crescimento vegetativo da população já alto, soma-se o aumento constante das levas de migrantes que abandonaram as áreas rurais e cidades menores. Apenas parte da população economicamente ativa encontra empregos regulares nos chamados setores organizados da economia urbana (indústria, comércio e serviços). Para conseguir sobreviver desenvolve formas alternati-

vas de ocupação e consumo, criando seus próprios empregos, constituindo o que muitos analistas denominam de "setor informal" (*) outros de "circuito inferior", "setor marginal", "economia bazar", "setor não estruturado".

Paralelamente, é utilizada uma série de mecanismos que permitem o acesso a bens e serviços de consumo fora da economia de mercado.

O "setor informal", como mostram J. S. LEITE LOPES et al. (1979: 9-40), L. A. MACHADO (1978: 41-126), C. CAVALCANTI (1978: 11-38), apenas para citar estudiosos que pesquisaram a situação na Região Metropolitana do Recife, está indissolivelmente conectado, emaranhado com seu antônimo o "setor formal". Os salários percebidos no setor formal parecem ser o ponto central tanto para a reprodução da força-de-trabalho como para a criação de mercado para os produtores do setor informal. A existência — ou a possibilidade de criação — de empregos fora do setor hegemônico capitalista permite, embora muitas vezes com subutilização do potencial produtivo, absorver os que não encontram outra colocação e também suplementar a renda monetária familiar, quer pela extensão da jornada de trabalho do chefe, quer pela contribuição de outros membros do grupo doméstico, podendo ser vista como uma estratégia de sobrevivência. Paralelamente, o setor informal representa um vasto exército de reserva, força para baixo os salários dos empregados no setor formal, bem como viabiliza uma alta rotatividade da mão-de-obra.

Nas grandes cidades brasileiras, o trabalho, dentro do setor informal, e ainda mais claramente nas empresas organizadas do setor capitalista, está orientado para o mercado e é feito, geralmente, em troca de uma contrapartida monetária. Existem óbvias exceções, principalmente dentro do setor informal, como a situação da empregada doméstica que tem descontado em seu salário, ainda que de forma encoberta, o custo de sua alimentação, também é o caso dos membros da família sem remuneração que participam de micro-empresendimentos.

Quer pela intermitência quer pelo caráter complementar de algumas atividades, existe alguma dificuldade, por parte das populações de baixa renda, em declarar, com precisão, o montante da renda monetária percebido pelas famílias.

Os salários obtidos pela participação em organizações do setor formal podem estar acrescidos, eventualmente, pelo pagamento de horas-extras ou adicional por produção. Alguns trabalhadores utilizam os benefícios da previdência social — como aposentadorias e licenças de saúde — para garantir uma base mínima, suplementando sua renda com outros trabalhos. Nas declarações sobre quanto ganham, estes rendimentos extras nem sempre são lembrados. Mais difícil ainda seria estimar a renda obtida pela participação em atividades do setor informal, caracteristicamente intermitentes, ou mesmo eventuais. Desta forma, as informações obtidas pelos pesquisadores de campo podem conter subestimações da renda monetária, ainda que não se acredite que, mesmo com essas complementações, ela chegue a atingir níveis satisfatórios para garantir uma qualidade de vida razoável para boa parte das massas urbanas. Ainda, mesmo feitas essas correções, as disparidades encontradas entre consumo e renda não seriam totalmente explicadas.

J. AUGEL e L. KLEMP (1980) propõem que nas zonas urbanas desenvolve-se uma economia de subsistência, não monetarizada e não voltada para o mercado, que não vem merecendo a devida atenção dos estudiosos. As análises feitas sobre a economia rural admitem sempre a existência de uma parcela da renda não monetarizada — pagamento em espécie, produção para auto-consumo, etc. — a ser considerada. Os estudiosos da economia urbana, talvez ofuscados pelas teorias da modernização, esquecem, muitas vezes, de computar a renda não monetarizada que complementa os orçamentos domésticos. As considerações feitas por esses dois professores da

(*) — Apesar de não satisfatório, preferimos o termo "setor informal" por ser de mais ampla divulgação, adotado por pesquisadores nacionais e internacionais.

Universidade de Bielefeld (Alemanha) vão além do enfoque tradicional de tratar as favelas como encaves de economia de subsistência, posição já discutida, entre outros, por A. LEEDS e E. LEEDS (1978 : 86-143) e J. PERLMAN (1977 : 169-200).

O conceito de economia de subsistência foi ampliado por J. AUGEL e L. KLEMP (1980) para abranger, além de parte do setor informal, atividades ou fontes geradoras de renda não monetária e não declarada como:

- auto-produção da habitação, sua manutenção, bem como a produção de bens e serviços necessários à satisfação das necessidades do grupo doméstico;
- “reciprocal exchange” ou trocas existentes entre vizinhos, clientela, membros da família, amigos e ainda nas relações patronais;
- atividades extra-legais como o roubo, a mendicância, a prostituição e também a reciclagem de materiais;
- utilização de bens e serviços públicos na satisfação das necessidades de consumo.

Outros estudiosos como P. SINGER (1979 : 46-55) ou L. A. MACHADO (1978 : 41-80) também referiram-se a este conjunto de alternativas, mas sem tratar do assunto de forma mais profunda ou sistemática. No presente trabalho, estas categorias serão utilizadas para complementar a apreciação das estratégias de sobrevivência das populações de baixa renda.

Todo o conjunto de atividades que compõem o setor de subsistência tem como consequência um rebaixamento considerável do custo monetário da reprodução da força de trabalho. A abordagem é muito importante quando se pretende tentar responder às duas questões:

aparentemente superior à renda; e

b. como é possível sobreviver com níveis tão baixos de remuneração.

a. porque se encontra, em algumas pesquisas, situações onde o consumo familiar é

2. AUTO-PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO E PROVISÃO DE GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE.

Viver em favelas, concluiu J. TURNER (1968 : 17-19), não é um problema mas uma solução. A ocupação ilegal do solo urbano, a auto-construção da habitação, o não pagamento de taxas e impostos, a redução do custo de transporte pela proximidade do local de trabalho e outras vantagens em muito barateiam o custo da reprodução da força de trabalho. Nas favelas — e também nos bairros regulares — muitas vezes planta-se uma horta, criam-se aves e animais de pequeno porte, tendo como objetivo fundamental prover parte das necessidades alimentares da família.

Grande parte da energia feminina é gasta em atividades voltadas para a satisfação das necessidades de consumo doméstico: preparação de alimentos, lavagem de roupas, costura, cuidado com as crianças, limpeza da habitação, coleta de água etc. Todas essas atividades não são estritamente definidas como economicamente produtivas — não é trabalho — e a elas não é atribuído valor monetário, nem sequer o correspondente ao custo de oportunidade. Parte da reparação e conservação da casa e dos equipamentos domésticos, bem como a construção da moradia — incluindo-se aqui a de uma infra-estrutura comunitária rudimentar — são feitas, geralmente, pelos membros masculinos da família sem que seja, também atribuído um valor monetário, nem mesmo o equivalente ao gasto dessas energias em ocupações remuneradas. No mesmo bloco de produção de subsistência estão a cata de mariscos e a pesca, atividades que já tiveram importante significado na complementação da dieta proteica dos pobres do

Recife; como também a preparação de mezinhas para curar doenças, a partir de ervas, raízes, mel, etc.

A realização dessas tarefas não remuneradas não deve ser compreendida no sentido de atividades "marginais" (à parte, sem conexão com) da produção capitalista. Na maioria dos casos são utilizados insumos — gás, arroz, feijão, sabão, tinta, prego, linha, etc. — produzidos ou beneficiados industrialmente. Evidentemente, o baixo poder aquisitivo dos pobres urbanos não permite pensar que eles constituem um mercado consumidor de dimensões proporcionais ao seu volume demográfico. Mesmo tendo em vista esta limitação, não se pode negar que a população de baixa renda represente um mercado para os bens e serviços produzidos no setor capitalista hegemônico, embora o nível de renda familiar reduza o consumo a padrões mínimos. As favelas não se constituem, pois, em enclaves de economia de subsistência, isolados e não conectados com a economia urbana.

O importante a se notar é que, ainda que sem exclusividade, parte das necessidades de consumo das famílias pobres urbanas — tal qual no meio rural — vem sendo satisfeita por atividades realizadas fora do modo de produção capitalista, fora da economia monetarizada ou com um dispêndio monetário mínimo. Essa "economia de subsistência" residual não representa um anacronismo, uma sobrevivência de valores rurais por razões conservadoras ou tradicionalistas, antes é um mecanismo extremamente eficaz de adaptação ao meio urbano, sem o qual não se poderia compreender como a população pobre consegue garantir sua sobrevivência física.

3. SISTEMA DE TROCAS E AJUDA MÚTUA

Um elemento a se destacar, nos estudos feitos entre populações de baixa renda no meio urbano, é a importância da rede de interrelações pessoais dentro das favelas. Esta rede funciona para obter trabalho e crédito, como garantia nas situações de crise e também na promoção de atividades de lazer. Poderia ser encarada como substituindo funções desempenhadas, nos países desenvolvidos, por agências de empregos, pelo sistema de crédito bancário pelas previdência social, pelas instituições de lazer organizado.

Entre outros, PERLMAN (1977 : 235-239), LEEDS (1978 : 26-54), HUTZLER (1974 : 83-100), MACHADO (1978 : 41-128), LEOPOLDI (1977 : 87-101) chamaram atenção para a importância da rede de interrelações pessoais nas favelas e nos bairros pobres. O sistema de ajuda mútua pode se efetivar através de relações informais — parentesco, vizinhança, amizade, etc. — ou mesmo de organizações — como associações de moradores, igrejas, cultos, escolas de samba. Cabe destacar, ao lado das organizações que têm por fim precípuo a ajuda mútua, a importância das instituições religiosas: dos grupos de culto afro-brasileiro e igrejas evangélicas, como chamou atenção R.RIBEIRO (1978 : 229-244) e o papel crescente da igreja católica, principalmente na linha da teologia da libertação, que procura superar a atitude assistencialista anterior.

O sistema de trocas e ajuda-mútua não se circunscreve à localidade. Conecta-se com instituições supra-locais e com famílias residentes fora do bairro, como analisa A. LEEDS (1978 : 26-54). É o caso da troca de favores entre favelados e políticos, com famílias de renda superior residentes fora do bairro, com parentes morando em outras localidades, com funcionários de órgãos do serviço público, etc. Este sistema contribui para a sobrevivência das famílias pobres, interligá-las ao resto da população urbana as trocas têm lugar dentro ou fora da localidade.

Seria importante distinguir, por sua especificidade, as trocas e a ajuda mútua realizadas entre indivíduos ou famílias da mesma categoria social daquelas realizadas entre classes sociais distintas. Esta análise é mais importante do que considerar se as trocas têm lugar dentro ou fora da localidade.

As trocas e a ajuda-mútua realizadas entre famílias pobres são simétricas, têm

uma forte base cooperativa e significam a possibilidade de ampliar os bens e serviços à disposição dos indivíduos no presente, bem como uma garantia para o futuro.

Seria o caso da costureira que faz o vestido da vizinha em troca de cuidar temporariamente das suas crianças, do vender fiado, de arranjar clientela para um amigo, da participação dos vizinhos na construção do barraco, das pessoas que ajudam na preparação de uma festa. Em todos esses casos, espera-se uma retribuição em bens serviços de valor equivalente.

Já as trocas de bens e serviços entre classes sociais distintas assume um caráter essencialmente assimétrico. Não é esperada uma retribuição em valor equivalente, mas implica, quase sempre, na manutenção de uma relação de patronato ou clientela. Seria o caso do político que troca votos pela promessa de favores individuais ou melhorias coletivas. Ou do funcionário que, como relata L. P. VALLADARES (1980 : 105-124), facilita o acesso à casa do conjunto habitacional em troca de lhe ser feito um serviço ou dada uma propina. A patroa que doa roupas velhas à empregada não espera roupas usadas em troca. O empresário que distribui, pelo natal, brinquedo entre os filhos de seus funcionários não aguarda que seus próprios filhos tenham os presentes natalinos dados pelos empregados.

No entanto, uma e outra esfera de trocas implica em um aumento da capacidade de consumo familiar entre a população de baixa renda. Significa, também, a possibilidade de sobrevivência em situações de crise. Essas trocas e doações, bem como o valor-trabalho imbuído na ajuda-mútua não são facilmente quantificáveis ou mesmo detectáveis. Seria uma forma de rendimento encoberto que, para família de níveis ínfimos de renda e consumo, teria relativa significação.

4. REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS UTILIZADOS E ATIVIDADES EXTRA-LEGAIS

A pobreza urbana utiliza-se das sobras da produção capitalista, de sucata, material de demolição, objetos, (e até alimentos) coletados no lixo quer para ampliar seu consumo quer em atividades produtivas. É a abundância e o desperdício alimentando a miséria.

Coletar lixo, apanhar papel, vender sucata são muitas vezes as atividades principais dos chefes de família. Grande parte dos mucambos foi construída de materiais improvisados ou material de demolição. No Recife, são bem conhecidos os depósitos feitos de pneus usados, cujo processo de fabricação foi descrito por Aluísio Magalhães em conferência pronunciada, em 1978, na XI Reunião Brasileira de Antropologia. Boa parte das trocas referidas no item anterior são, tipicamente, reciclagem de material usado.

Além da utilização de material de segunda-mão para obter uma renda ou completar o consumo, as camadas pobres da população podem apelar para atividades extra-legais — crimes contra o patrimônio (*), prostituição, mendicância — como estratégia de sobrevivência. Evidentemente, a renda obtida por tais expedientes nunca seria declarada, sendo de difícilíssima computação e percepção por qualquer elemento externo ao grupo.

Duas classes especiais de atividades extra-legais merecem registro por não se enquadrarem no sentido estrito de delito penal, ou por merecerem ampla aprovação social. No segundo caso está o jogo do bicho — dizem que a única atividade organizada no Brasil, — legal apenas no Estado da Paraíba, mas perfeitamente tolerado e com

(*) — Existe, claramente, no quadro da criminalidade urbana, uma ponderável parcela de crimes contra o patrimônio tendo como autores indivíduos de outras camadas sociais e como objetivo não a garantia da sobrevivência, mas a obtenção do supérfluo.

uma relevante folha de serviços à comunidade: são bicheiros, notoriamente, os grandes financiadores das Escolas de Samba, é vasto o número de empregos criados pelo passar jogo do bicho e, ainda, os prêmios funcionam como um mecanismo de redistribuição de renda. Todo o setor informal, a grosso modo, corresponde se não a um conjunto de atividades extra-legal, pelo menos a atividades onde muitas normas legais não são obedecidas: pagamento de impostos, cumprimento da legislação trabalhista, etc. Há, claramente, fortes variações desde o camelô que por falta de licença da prefeitura corre do "rapa" até pequenas oficinas que pagam seus tributos e estão regularizadas com o Ministério de Trabalho e da Previdência Social, bem como a Prefeitura

O problema da legalidade / não legalidade pode ser encarado por outro enfoque: a não legalidade significando apenas a impossibilidade financeira de legalização, neste caso traduzindo-se em um não-dispêndio monetário. A questão é que mesmo dispêndios aparentemente pequenos representados, por exemplo, pelo custo das fotografias para uma carteira de identidade, das passagens para coletar os documentos necessários, das taxas que devem ser pagas para legalizar um terreno, registrar uma planta, etc. significariam um encargo muito forte para famílias com níveis de renda muito baixos. O custo da moradia nas favelas, como foi visto, tende a ficar bem mais reduzido do que nos bairros regulares ou nos conjuntos habitacionais. Em contraposição, os programas de "urbanização" e remoção de favelas podem encarecer tanto os custos da habitação que expulsem a população que pretendiam atender e a substitua por famílias de camadas sociais de rendas mais elevadas (VALLADARES, 1980 : 83-103 e VERMEIREN e HUTZLER, 1977 : 32-41).

De um modo geral, as populações de baixa renda precisam driblar a legalidade para poderem viver. Isto não significa, necessariamente, a contravenção penal nem a opção consciente de furtrar-se ao cumprimento da lei. Antes, é uma forma de não-consumo ou não-dispêndio, uma estratégia de sobrevivência.

5. FUNÇÕES DISTRIBUTIVAS DOS BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS

A distribuição de bens públicos — rede elétrica, sistema de água e esgotos, sistema viário, escolas, hospitais, etc. — se faz, de modo desigual no território urbano, beneficiando as camadas sociais já privilegiadas. O uso de um bem público, como nota J. AUGEL (1979 e 1980), está limitado pela capacidade individual de uso de bens privados. Assim, os fatores de exclusão da capacidade de dispor de bens complementares privados, os quais os indivíduos têm de possuir para poder consumir os bens coletivos (AUGEL, 1980). O exemplo mais óbvio seria a utilização de rodovias pelos proprietários de veículos. Considerando-se outras situações menos óbvias, essa complementariedade também nota-se. Somada ao maior poder de pressão das classes de renda mais alta — que pagam impostos, detêm posições de mando e poder político — resulta em uma concentração dos bens e serviços públicos nas áreas que atendem à elite urbana.

Dadas a essas distorções, a função redistributiva do Estado não se faz de forma a corrigir as grandes disparidades de renda e consumo.

No entanto, não se pode negar que uma parcela das necessidades de consumo das populações pobres seja satisfeita pela oferta de bens e serviços públicos gratuitos ou a preços inferiores aos seus equivalentes oferecidos pelas empresas privadas. A utilização de estratégias que permitam contornar as distorções do sistema — como o "gato" para obter energia elétrica, ou o apadrinhamento para conseguir vaga na escola, transformação do valor uso em valor troca das unidades habitacionais financiadas pelo BNH, o recebimento de aposentadorias e benefícios da Previdência mesmo ainda podendo trabalhar, — permite auferir maiores benefícios da oferta reduzida de bens e serviços públicos.

Em alguns casos, determinados subsectores apresentam distorções tão sérias que deixam de interessar às classes mais favorecidas, abrindo oportunidades para as

camadas de renda mais baixa. No Brasil, em particular no Nordeste, seria o caso da assistência médico-hospitalar do INAMPS e da rede de escolas públicas de primeiro grau. No primeiro caso, a precariedade dos serviços oferecidos, as longas filas de espera, a falta de equipamento dos hospitais levam as famílias de renda média e alta a sacrificarem-se e optar pela rede privada de assistência médica e hospitalar. No segundo caso, embora com dispêndios monetários, as classes média e alta preferem, pela qualidade do ensino, matricular seus filhos em escolas particulares. Assim, a participação relativa das camadas de baixa renda nos benefícios dos serviços públicos de educação e saúde é ponderável, embora em termos absolutos ainda não se tenha conseguido a cobertura total de suas necessidades, pois mesmo nesses casos, é exigida uma contrapartida monetária — como o pagamento dos carnês do INPS, — ou não monetária — como roupas, calçados e transporte para as crianças matriculadas em escolas públicas — que exclui as camadas de renda muitíssimo baixas. Ainda no bloco dos serviços públicos orientados preferencialmente para as populações pobres está o programa de alimentação e nutrição que atende a escolares, bem como a nutrízes e lactentes.

Dessarte, mesmo em níveis não satisfatórios ou equânimes, há uma redistribuição de renda não-monetarizada que melhora as condições de vida das populações carentes do meio urbano. A níveis muito baixos, qualquer migalha tem efeito sensível, talvez não propriamente na melhoria da qualidade da vida, mas, pelo menos, na garantia à subsistência.

Ainda, estando este campo sob controle do Estado — e o Estado é dependente mas não subordinado ao interesse das elites econômicas — o planejamento governamental, consciente das necessidades de corrigir as distorções, poderia tentar minorar a assimetria na distribuição dos bens e serviços, postos à disposição das diferentes classes sociais.

6. CONCLUSÕES

Nas análises recentes sobre a situação da força de trabalho e do emprego no Nordeste do Brasil, vem sendo ressaltado que o nível baixo de remuneração da mão-de-obra, somado à alta relação de dependência econômica "assume um mais grave significado, acarretando baixo padrão de vida, em termos de consumo de bens e serviços básicos. Neste caso, dever-se-ia falar, mais adequadamente, em "padrão de sobrevivência", uma vez que "padrão de vida", ou "qualidade de vida" pressupõe mais do que a aquisição de alguns bens materiais para a manutenção da existência". (KELLY, 1978 : 62-64). Dentro desta mesma ótica, está a afirmação de que "a relativamente neutra expressão "condições de vida" deve ser substituída por outra, muito mais próxima da realidade: "extrema pobreza" (MACHADO, 1978 : 182).

Os níveis salariais são inteiramente insuficientes para cobrir as necessidades vitais do trabalhador e de sua família, neste contexto sendo preciso pensar-se em instrumentos que permitam ampliar as rendas monetárias, bem como as não-monetárias, e que as populações pobres possam lançar mão como estratégias de sobrevivência. As altas taxas de mortalidade infantil, a incidência de doenças carênciais e infecto-contagiosas, as bocas banguelas, o envelhecimento precoce, a baixa estatura e a feiúra dessas populações pobres — principalmente quando comparados a populações também brasileiras de renda média e alta — são provas visíveis da atual precariedade dessas estratégias.

A questão não se define a nível local, não é um problema do pobre ser pobre, e em assim sendo, o raio de manobra que os miseráveis dispõem para combater esta situação de carência é muito reduzido. Não seriam também os instrumentos limitados da melhoria da oferta de bens e serviços públicos que resolveriam o problema. Esta é uma questão estrutural que implica em mudanças estruturais.

As diversas correntes de pensadores sociais — marxistas, estruturais — funcionalistas, neo-clássicos, etc. — apontam diferentes saídas. É uma opção fundamen-

talmente política optar por um caminho, mas é um imperativo humano tentar uma solução.

BIBLIOGRAFIA

AUGEL, J. —

1979 — A ocupação do solo urbano, in HABITAÇÃO E URBANISMO. — Salvador, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia e CPE : 9-26.

1980 — A função distributiva dos bens públicos, conferência pronunciada na UFPe em 1980 (mimeogr).

AUGEL, J. e KLEMP, L —

1980 — Staedtische subsistenzproduktion in Lateinamerika. Bielefeld, (mimeogr).

CAVALCANTI C —

1978 — Viabilidade do setor informal: a demanda de pequenos serviços no Grande Recife.
Recife, IJNPS, 1978.

HUTZLER, C. R. —

1974 — Critérios para a escolha da localização das habitações entre a população de baixa renda da área metropolitana do Recife. REV. CIÊNCIAS SOCIAIS. Vol. V N 2 p. 83-100

KELLY, M. S. de B. —

1978 — Força de trabalho e emprego no Nordeste, 1968-1972.
Recife, SUDENE/DRH

LEEDS, A e LEEDS, E —

1978 — A sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro, Zahar.

LEITE LOPES, J. S. et al.

1979 — Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LEOPOLDI, J. S.

1977 — Escolas de samba: ritual e sociedade. Petrópolis, Vozes.

MACHADO, L. A.

1978 — Estratos ocupacionais de baixa renda, Vol. II.
Recife, SUDENE — DRH

PERLMAN, J. E.

1977 — O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

RIBEIRO, R.

1978 — O negro na atualidade brasileira. CIÊNCIA E TRÓPICO — 6 (2) : 229-224.

SINGER, P.

1979 — Economia Política da urbanização — São Paulo, Brasiliense.

TURNER, J. C.

1968 — Habitação de baixa renda no Brasil.
ARQUITETURA. n.º 68 : 17-19.

VALLADARES, L. P.

1980 — Passa-se uma casa : análise de programa de renovação de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar.

VERMEIREN, J. C. e HUTZLER, C. R.

1977 — Assentamentos subnormais em áreas metropolitanas: o problema da recuperação. Rev. Br PLANEJAMENTO 6 : 32-41.